

WASHINGTON NOVAES
Mais lições da crise

No tempo em que o autor destas linhas era menino, na década de 40, o Nordeste do Estado de São Paulo, região parcialmente ocupada por cerrados, tinha um clima invariável. As primeiras chuvas vinham no início de setembro (7 de setembro, dizia-se) e se a miudavam



País deveria estar há muito tempo executando um programa de eficiência energética

nos meses seguintes. Em novembro já chovia muito ("não há Finados sem chuva e sem jaboticaba") e em dezembro e janeiro, muito mais. Em fevereiro as chuvas começavam a espaçar-se, terminavam em fins de março. Abril a julho era um período frio e seco, sem chuva nenhuma, podia-se tranquilamente programar uma festa ao ar livre.

Depois, a cana e a soja ocuparam os cerrados da região. E o clima mudou. Chove em qualquer época do ano, assim como estia, faz frio ou calor em qualquer mês.

No início da década de 1980, Goiás e o Centro-Oeste trouxeram de volta o clima invariável da infância. Tão invariável que as raríssimas chuvas do período seco e frio tinham ali até nomes — chuva das flores, chuva do caju, etc.

Mas em 20 anos a fronteira agropecuária expandiu-se em alta velocidade e também no Centro-Oeste a vegetação dos cerrados foi substituída pelos grãos e pelos pastos. Tão depressa que só restam hoje na região uns 5% de cerrados intocados. E o clima mudou completamente: neste final de maio em que estas linhas são escritas, chove torrencialmente, em meio ao frio.

Ao mesmo tempo, são cada vez mais frequentes as interrogações sobre o que estará acontecendo com os recursos hídricos. Em plena temporada das chuvas, fazendeiros e sitiantes queixa-

ram-se de que as nascentes em suas terras estavam secas. Amiudam-se os conflitos pelo uso da água, entre abastecimento das cidades e irrigação, assim como entre os próprios irrigantes. Um levantamento da empresa de saneamento de Goiás, há uns quatro anos, já dizia que mais de 60% dos mananciais de abastecimento do Estado estavam comprometidos por assoreamento, poluição ou redução de vazão.

Parece estar na hora de perguntar que tipo de influência esse quadro pode estar tendo na crise de energia, na redução da água armazenada nos reservatórios. E o fio da meada começou a ser puxado por Maura Campanili neste jornal (26/5), com a entrevista do professor Marcos Barbosa Sanches, do Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos do Inpe. Lembrou ele que "a fragilização dos ecossistemas nas regiões de mananciais também colabora para a diminuição do volume de água nos reservatórios. O desmatamento, principalmente de matas ciliares, faz com que a água corra rapidamente para os vales e não fique retida na bacia". Também destacou o

papel que o assoreamento dos reservatórios pode estar tendo na conjuntura. E esse assoreamento, cabe dizer, é fruto principalmente da erosão do solo nas culturas de soja e milho (média de 10 quilos de solo perdidos por quilo de grão produzido) e da remoção das matas ciliares, permitindo que o solo erodido chegue aos rios.

Neste ponto, vale a pena recorrer ao *Guia de Avaliação de Assoreamento de Reservatórios*, recentemente publicado pela Aneel. Está escrito lá que, segundo estudo do Banco Mundial, a vida útil média dos reservatórios no mundo caiu de 100 para 22 anos, por causa do assoreamento. No Brasil, segundo a Eletrobrás, "a perda anual da capacidade de armazenamento é de aproximadamente 0,5%", o que significaria uma redução anual da ordem de 2 bilhões de metros cúbicos. A erosão é apontada como principal fator, agravado "pelo crescimento da população e pelo uso dos solos".

Mais grave ainda, afirma essa publicação que "por falta de levantamentos sistemáticos e de sua divulgação (...) não se conhece a situação dos reservatórios do País". Quando se fala que a atual crise é fruto da redução do armazenamento nos reservatórios, uma afirmação como essa multiplica sua gravidade. E a apreensão social.

Mas não é a única lição a retirar da atual crise. Mui-

tas outras já estão evidentes.

Confirma-se, por exemplo, que o País deveria estar há muito tempo executando um programa de eficiência energética, que permitisse reduzir o consumo. Segundo os jornais, comparando o consumo na última semana de abril com o da terceira semana de maio, verifica-se que a própria sociedade, sozinha, reduziu seu consumo em 16% no Rio de Janeiro, 12% em São Paulo e 10% em Belo Horizonte, segundo o professor Adriano Pires Rodrigues, da UFRJ. Na verdade, já poderíamos estar economizando muito mais se o dinheiro dos programas governamentais antidesperdício estivesse sendo aplicado na implantação de equipamentos e produtos mais eficientes, e não se houvesse autorizado as concessionárias de energia a utilizar dois terços dessas verbas com outras finalidades. E só agora a Caixa Econômica Federal abre financiamento para aparelhos residenciais de aquecimento solar.

São muitas as lições a tirar do episódio. Mas para avançar mesmo será indispensável o conhecimento seguro da base física sobre a qual repousa todo esse quadro. Precisamos de informações confiáveis sobre o que está acontecendo na rede hídrica, nos lençóis e aquíferos que a abastecem e fazem chegar água aos reservatórios. Que consequências está tendo a remoção da vegetação nativa, substituída por plantas de ciclo curto? O que acontece em razão do alto nível de perdas e evaporação na irrigação, principalmente por pivôs centrais (mais de 50% da água utilizada)? O regime de dispersão da água está mudando?

Não precisamos esperar que aconteçam desastres (como na região do Mar de Aral, por exemplo). Se formos capazes de extrair da crise as lições possíveis, ela não será apenas mais um sacrifício para uma sociedade já tão maltratada.

